

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 406**

Período: 04/12/2010 – 10/12/2010

GEDES – Brasil

- 1- Novas diretrizes às operações das Forças Armadas em exercício com a polícia no estado do Rio de Janeiro
- 2- Presidente eleita mantém Jobim no comando do Ministério da Defesa
- 3- Ministério das Relações Exteriores afirma que terrorismo é uma das preocupações brasileiras para a Copa e para as Olimpíadas
- 4- Brasil anuncia plano com Bolívia e Peru para combater o narcotráfico
- 5- Fim do “sigilo eterno” de documentos caberá à presidente eleita
- 6- Patrulha não é suficiente para evitar mercado negro de tesouros marinhos
- 7- Tropa brasileira é atingida em confronto no Haiti
- 8- WikiLeaks traz à tona diálogos entre o Brasil e os EUA sobre a Venezuela
- 9- Força Aérea Brasileira negocia a compra de aviões de patrulha marítima
- 10- Países-membros da Unasul devem divulgar gastos militares a partir de 2011
- 11- Ex-militar admite participação em crime cometido durante o regime militar
- 12- Decisão sobre a compra dos caças é adiada para o próximo governo
- 13- Comissão de Anistia reconheceu mais 82 perseguidos políticos

1- Novas diretrizes às operações das Forças Armadas em exercício com a polícia no estado do Rio de Janeiro

Conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Exército iniciou no dia 03/12/10 o reforço da estrutura de ocupação no Complexo do Alemão, no estado do Rio de Janeiro, e a instalação de barreiras nos acessos que levam à região. Segundo um balanço efetuado pela Polícia Civil, desde o dia 21/11/10, 118 pessoas foram presas e foram apreendidas 466 armas, 38 granadas, 6 bombas artesanais, 33,8 toneladas de maconha, 313,9 quilos de cocaína, 1,9 quilo de haxixe e 54 quilos de crack. De acordo com o *Estado*, o plano de ação do Exército permite sua atuação em todos os estados brasileiros, caso seja solicitada, conforme postula a Constituição, nas situações de garantia da lei e da ordem. Semelhante ao aplicado pelas tropas brasileiras no Haiti, na pacificação da violenta favela de Cité Soleil, o atual Plano de Segurança Integrada visa a ocupação do Complexo do Alemão através do estabelecimento de bases fixas, pelas quais é possível não apenas controlar a região, mas também angariar apoio da população. Conforme o jornal, o Exército permanecerá em atividade nas favelas cariocas por tempo indeterminado, podendo realizar patrulhas, revistas e prisões sem, entretanto, entrar em residências. Segundo o periódico *Folha S. Paulo*, as polícias civil e militar ficarão submetidas às ordens das Forças Armadas. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou ainda que tentará redirecionar as operações, bem como alocá-las em um eixo de legalidade melhor instituído. A nova proposta é atuar em uma área específica pré-estabelecida, indicar apenas um

comandante para a região e permitir o recolhimento das tropas quando necessário. O Exército também planeja transferir a sede da Brigada de Infantaria Paraquedista, que atua nas operações, do Rio de Janeiro para Goiânia. A decisão, além de possuir razões estratégicas, já que a transferência permitiria deslocamentos mais flexíveis, também pondera sobre a possibilidade de que ex-militares sejam agregados ou corrompidos por traficantes. Segundo a *Folha*, as ações realizadas no Complexo do Alemão devem ser repensadas de modo que os problemas da região não sejam transferidos para as Forças Armadas. No que concerne às autoridades federais, estas devem mobilizar e organizar a Força Nacional de Segurança para que possa realizar um bom trabalho, e no que tange às estaduais, o gerenciamento e a viabilização do trabalho policial devem ser mais bem planejados. De acordo com alguns especialistas em defesa entrevistados pela *Folha*, não cabe ao Exército a tarefa de lidar com os problemas de violência no Rio de Janeiro, pois esta é uma responsabilidade do Estado. Para José dos Reis Santos Filho, sociólogo da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Araraquara, a polícia seria a força mais competente para atuar no Complexo do Alemão, uma vez que possui melhor conhecimento e informações acerca da região, e ao Exército caberia a tarefa de reforçar a patrulha das fronteiras com para impedir a entrada de armamentos ilegais. Já para João Roberto Martins Filho, professor de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a atuação do Exército como polícia não é aconselhável por vários motivos, dentre eles a subordinação das operações ao secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, a possibilidade de violência contra os civis, a chance de corrupção dos militares, bem como a deterioração do novo pensamento sobre defesa no país. Em entrevista concedida à *Folha*, o secretário de Segurança do estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, disse não estar preocupado com o exercício do poder de polícia pelo Exército, pois não haverá confrontos. Ao Exército caberia apenas a manutenção da ordem e o vasculhamento da região. Em coluna opinativa ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o articulista Mauro Chaves destacou que compete um novo papel às Forças Armadas, uma vez que a probabilidade de ocorrer uma guerra, e de que as forças exerçam sua principal função constitucional de defesa da Pátria, é ínfima. Chaves asseverou que o novo cenário, de extrema carência e crises sociais, requer dos militares novas contribuições, vinculadas a ações contra o crime organizado, o narcotráfico e a depredação do meio ambiente, o que não deixa de ser uma função dos oficiais, já que a Constituição prevê no artigo 142 a defesa da lei e da ordem por parte das Forças Armadas. Conforme publicado pelo *Estado*, dois ex-comandantes de tropas brasileiras na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), o general Augusto Heleno e o coronel Barroso Magno, apoiaram as ações do Exército no estado do Rio de Janeiro. Todavia, os ex-comandantes apontaram que, para as próximas ações, é preciso uma “reestruturação política”, ou seja, uma análise criteriosa da forma de ação. O professor da Escola Superior de Guerra (ESG), Gustavo Alberto Trompowsky Heck, ressaltou que, apesar de apresentar similitudes à missão de paz no Haiti, nas operações do Rio de Janeiro as funções dos militares são limitadas e, de certa forma, diferenciadas. De acordo com a *Folha* do dia 10/12/10, o comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista, Fernando Sardenberg, será o comandante da Força Pacificadora nos complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 04/12/10; Folha de S. Paulo –

Opinião – 04/12/10; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/12/2010; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 06/12/10; Folha de S. Paulo – Cotidiano - 10/12/10; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 04/12/10; O Estado de S. Paulo - Opinião - 04/12/10; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 06/12/10)

2- Presidente eleita mantém Jobim no comando do Ministério da Defesa

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que a presidente da República eleita, Dilma Rousseff, formalizou no dia 06/12/10 a permanência de Nelson Jobim no cargo que ocupa atualmente como ministro da Defesa. Além de ter sido uma indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a manutenção do ministro teria por objetivo concluir o processo de reestruturação das Forças Armadas, iniciado nos governos anteriores. Uma das medidas a serem tomadas é a modernização dos equipamentos militares, o que inclui a finalização da compra de novos caças pela Força Aérea Brasileira (FAB), novamente adiada para o próximo governo encabeçado por Dilma. Outra medida no processo de reestruturação das Forças Armadas será a criação de uma Secretaria Especial de Aviação Civil com, a finalidade de controlar aeroportos e a aviação civil. O órgão agregará a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), a Secretaria de Aviação Civil (SAC) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e retirará o comando do setor do Departamento de Controle do Espaço (DECEA), atualmente subordinado à Aeronáutica. Com a alteração, caberá a profissionais civis o controle sobre a aviação civil no país. (Folha de S. Paulo – Poder – 04/12/10; Folha de S. Paulo – Poder – 05/12/2010; Folha de S. Paulo – Poder – 06/12/10; Folha de S. Paulo – Poder – 07/12/10; O Estado de S. Paulo – Internacional – 06/12/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/12/10)

3- Ministério das Relações Exteriores afirma que terrorismo é uma das preocupações brasileiras para a Copa e para as Olimpíadas

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, documentos confidenciais do Ministério da Justiça relatam que, em 2007, quando os Jogos Pan-Americanos ocorreram no Brasil, o país tomou medidas para prevenir e lidar com possíveis atos terroristas. O Ministério das Relações Exteriores havia tentado ocultar essa preocupação em 2007, mas admite que atualmente o terrorismo é motivo de apreensão brasileira, uma vez que o país sediará a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. (Folha de S. Paulo – Poder - 04/12/10)

4- Brasil anuncia plano com Bolívia e Peru para combater o narcotráfico

De acordo com o periódico *Jornal do Brasil*, Luiz Paulo Barreto, ministro da Justiça, divulgou a realização de um plano conjunto com a Bolívia e o Peru para evitar a entrada de drogas e armas no país. Segundo Arthur Bernardes, professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), faz-se indispensável a atuação conjunta dos países para garantir a segurança nas fronteiras. Bernardes asseverou que há a necessidade de implementação de programas sociais que visem reincorporar à sociedade as pessoas vinculadas ao tráfico, bem como a execução de planos para desenvolver cidades interioranas. O professor afirmou que o

fortalecimento de mecanismos de integração como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e a cooperação no âmbito judicial são indispensáveis para o combate ao narcotráfico. Por sua vez, Tullo Vigevani, professor de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (Unesp), afirmou que são necessárias políticas repressivas e enérgicas, com papel destacado para Polícia Federal e Exército no patrulhamento das fronteiras. (Jornal do Brasil - Internacional - 04/12/10)

5 - Fim do “sigilo eterno” de documentos caberá à presidente eleita

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, após uma fracassada reunião entre a Casa Civil e os Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, o futuro dos documentos ultrassecretos do Estado permanecerá nas mãos da presidente da República eleita, Dilma Rousseff. O Ministério da Defesa e o Itamaraty são contrários ao fim do chamado “sigilo eterno”, instaurado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 2002, pois acreditam que a liberação dos documentos poderia causar desconfortos nas áreas de segurança nacional e internacional. (Folha de S. Paulo – Brasil – 05/12/2010; Folha de S. Paulo – Opinião – 06/12/10)

6- Patrulha não é suficiente para evitar mercado negro de tesouros marinhos

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a patrulha realizada por 29 embarcações da Marinha em rios e na costa oceânica brasileira não é suficiente para evitar a ação de caçadores de tesouros. As relíquias são coletadas e vendidas em sites da internet ou em leilões no mercado negro sem a autorização da Marinha, que por vezes não possui ao menos a informação sobre o local exato dos naufrágios. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 05/12/2010)

7- Tropa brasileira é atingida em confronto no Haiti

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, cerca de dois mil manifestantes protestaram, dia 05/12/10, em Porto Príncipe, capital do Haiti, contra as eleições realizadas no país em novembro de 2010. Eles se manifestaram a favor da anulação do pleito eleitoral, alegando a ocorrência de fraudes. Houve confronto com a polícia; os manifestantes lançaram pedras, e a polícia de choque reagiu com gás lacrimogêneo. Uma patrulha brasileira, que compõe as tropas da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), foi atingida pelas pedras. Segundo a *Folha*, não houve notícias de feridos. (Folha de S. Paulo – Mundo – 06/12/10)

8 - WikiLeaks traz à tona diálogos entre o Brasil e os EUA sobre a Venezuela

Conforme apresentado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, documentos oficiais do Departamento de Estado norte-americano, obtidos e disponibilizados na internet pelo site WikiLeaks, revelaram que, no ano de 2005, com a intenção de vender aviões de treinamento Super Tucano para a Venezuela, o Brasil teria procurado estabelecer um acordo com os Estados Unidos da América (EUA). Como na época a venda de aviões para Venezuela tinha sido vetada pelo

Estado norte-americano, o Brasil teria oferecido apoio a grupos opositores na Venezuela, em troca do aval estadunidense para realizar as negociações. De acordo com os documentos, os EUA, contudo, teriam recusado, pois viam na venda dos aviões um risco “real”, o que teria gerado relativa animosidade entre EUA e Brasil. Além desse episódio, os documentos revelaram uma possível avaliação feita pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, com relação ao direcionamento da política do presidente venezuelano, Hugo Chávez. Jobim teria considerado Chávez uma ameaça à estabilidade regional, admitindo a possibilidade de incursão militar da Venezuela sobre países vizinhos. De acordo com o *Estado*, consta no documento que, para Jobim, a instabilidade venezuelana teria levado à criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, através do qual o Brasil poderia controlar as atividades militares dos demais países da região. Na visão de diplomatas norte-americanos, o Brasil aspirava competir com os EUA pelo exercício da liderança regional. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 06/12/10)

9 - Força Aérea Brasileira negocia a compra de aviões de patrulha marítima

Segundo noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, após realizar negociação direta com o governo dos Estados Unidos da América (EUA), a Aeronáutica deverá receber doze aeronaves, modelo P-3, para suas operações: nove delas serão operacionais, dedicadas ao patrulhamento marinho, e três ficarão na reserva. As aeronaves provêm de fabricação antiga, mas após passarem por um processo de revitalização terão suas capacidades e atributos potencializados, como o aumento do poder de busca e resgate. Conforme publicado pelo jornal, além de possuir um sistema de localização muito apurado, ampliando a capacidade de detecção submarina, os novos aviões de patrulha marítima reforçarão a capacidade de combate da Força Aérea Brasileira (FAB), através do lançamento de mísseis e a soltura de minas anti-navio, além de permitirem uma maior cobertura das águas nacionais. No dia 03/12/10, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, receberam, em nome da FAB, o primeiro avião de patrulha marítima, em uma cerimônia realizada na base de Getafe, na Espanha. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/12/10)

10- Países-membros da Unasul devem divulgar gastos militares a partir de 2011

O periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que Javier Ponce, ex-presidente do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), anunciou que os países membros da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) devem tornar públicos seus gastos militares a partir do mês de março de 2011. Esta divulgação deverá ser feita em conjunto, respeitando a metodologia criada pelos países-membros, de forma que os dados anunciados não sejam analisados sob uma perspectiva de conflito, a fim de se evitar uma corrida armamentista. O CDS ainda não tem poder para limitar os gastos em defesa de seus membros e, alguns de seus países, como por exemplo o Brasil, divulgam gastos militares de forma parcial, considerando algumas informações como sigilosas. (Folha de S. Paulo – Poder – 08/12/2010)

11- Ex-militar admite participação em crime cometido durante regime militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, Mauricio Lopes Lima, tenente coronel reformado e ex-chefe de buscas da Operação Bandeirante (Oban), admitiu, em entrevista ao jornal, que participou da ação que matou Antônio dos Três Reis de Oliveira e Alceri Maria Gomes da Silva, que atuaram na luta armada contra o regime militar brasileiro (1964-1985). Ambos foram metralhados em 17/05/1970. No entanto, Lopes afirmou que apenas estava presente durante esta operação e que não atirou nas vítimas, responsabilizando os agentes chefiados pelo capitão já falecido, Francisco Antônio Coutinho e Silva, de cometerem este ato. Em novembro de 2010, o Ministério Público Federal (MPF) havia acusado o tenente coronel reformado de participar de atos de violência contra a presidente da República eleita, Dilma Rousseff, e outros 19 presos políticos naquela mesma época. O oficial negou a participação nos atos de tortura contra Rousseff, no entanto, tendo em vista as declarações de Lopes à *Folha*, o MPF quer obrigar o militar a depor em juízo sobre a ação. A procuradora Eugênia Augusta Gonzaga afirmou que pretende utilizar o depoimento na ação que acusa o militar de praticar atos de violência contra 20 presos políticos, pois "o depoimento indica que a ação está no caminho correto. É muito importante ouvi-lo para desvendar o caso". (*Folha de S. Paulo – Poder – 08/12/2010; Folha de S. Paulo – Poder – 09/12/10*)

12- Decisão sobre a compra dos caças é adiada para o próximo governo

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, confirmou que não decidirá sobre a compra dos 36 caças para o projeto de reequipamento da Força Aérea Brasileira (FAB), chamado FX-2. O governo ainda negocia com as empresas concorrentes: a sueca Saab, com o modelo Saab Gripen NG; a estadunidense Boeing, com o F-18 Hornet; e a francesa Dassault, com o Rafale. O presidente alegou que não pode assumir uma dívida, no final de seu mandato, de mais de US\$ 6 bilhões, e que deverá ser paga nos próximos dez anos. A decisão deverá então ser tomada pela presidente eleita, Dilma Rousseff, que já confirmou a permanência do atual ministro da Defesa, Nelson Jobim, em seu mandato, o qual é o atual condutor do processo de licitação para a compra dos caças. Jobim tem como preferência os caças franceses Rafale e, de acordo com os jornais, esta decisão é vista mais como uma estratégia política do que técnica, já que o Brasil tem a intenção de estabelecer uma parceria estratégica, política e militar com a França. No entanto, em um relatório produzido pela Aeronáutica, o modelo da fabricante Dassault ficou em último lugar, dando assim preferência à compra dos aviões suecos. Dilma afirmou que exigirá novas informações técnicas sobre o processo de escolha e analisará o parecer de Jobim e, talvez, o da FAB. O processo de compra dos caças teve início em 1998, quando foram abertas as negociações do projeto FX, de reequipamento da Aeronáutica, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. No governo Lula o projeto foi retomado, com a denominação FX-2. Devido ao tempo em que estas negociações estão ocorrendo, surgiu a preocupação com relação à inativação dos 12 Mirage-2000 que compõem a primeira linha de defesa do país, sendo que os caças foram comprados como solução temporária em 2005, mas que devem parar de voar a partir de 2014. A atual preocupação, segundo os jornais, é que, mesmo que os novos caças sejam

escolhidos em 2011, dificilmente voarão antes de 2015, o que poderia acarretar a necessidade da compra emergencial de novos aviões. (Folha de S. Paulo – Opinião – 08/12/10; Folha de S. Paulo – Poder – 08/12/10; Folha de S. Paulo – Poder – 09/12/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/12/2010)

13- Comissão de Anistia reconheceu mais 82 perseguidos políticos

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, anistiou 82 pessoas vítimas de perseguição política no regime militar brasileiro (1964 – 1985). Dentre os beneficiados pela medida estão a atriz Norma Bengell, o diretor e ator de teatro José Celso Martinez e o sociólogo falecido Herbert de Souza, o Betinho. De acordo com o *Estado*, a Comissão de Anistia deverá passar por uma reestruturação no ano de 2011, ampliando suas funções, com a implementação da Comissão da Verdade, responsável pela investigação dos crimes cometidos no regime militar. No processo de anistia, o país já gastou R\$ 4 bilhões em indenizações e ainda não finalizou as reparações financeiras. O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu rever 9.371 processos com valores excessivos, e, em contraposição, a Comissão de Anistia recorreu, porém, ainda não houve decisão por parte do TCU. Como consequência, a Comissão baixou o valor médio das indenizações, adequando os valores a serem pagos à realidade financeira do país. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/12/10)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)

